

## **Acumulação de capital, capital multinacional e a exclusão da periferia**

Rubens R. Sawaya

Professor do Departamento de Economia da FEA-PUCSP

Março/2003

### **Resumo**

O objetivo deste artigo é demonstrar como a lógica do processo de acumulação ampliada do capital pode explicar o movimento de acumulação em escala mundial, suas contradições e impactos sobre a periferia. Os processos de acumulação, concentração e centralização de capital, intrínsecos à natureza do funcionamento do capital, muitas vezes vistos como restritos às economias nacionais, são, à medida em que descrevem movimentos do capital, processos que não respeitam os espaços locais. São mecanismos de transmissão das contradições capitalismo, das conseqüentes desigualdades e de exclusão, primeiro, em âmbito local, ampliando-se para uma escala mundial. Demonstra-se que enquanto os movimentos de acumulação e concentração contribuem para a inclusão desigual da periferia no capitalismo mundial, o processo de centralização de capital tem tendência a excluí-la.

### **1- Introdução**

A lógica do processo de acumulação ampliada do capital na forma como descrito por Marx é capaz de explicar o movimento de acumulação em escala mundial, suas contradições e impactos sobre a periferia<sup>1</sup>. Assim, os processos de acumulação, concentração e centralização de capital, intrínsecos à natureza do funcionamento do capital, muitas vezes vistos como restritos às economias nacionais, são, à medida em que descrevem os movimentos do capital, processos que não respeitam os espaços nacionais; são mecanismos de transmissão das contradições do modo de produção capitalista e das conseqüentes desigualdades, primeiro, em âmbito local, ampliando-se para uma escala mundial, a partir de seu centro original formado em torno dos países que compõe a Tríade.

O agente concreto desse movimento é o capital corporificado em capitais individuais cada vez mais concentrados e centralizados. São hoje grandes empresas

---

<sup>1</sup> O termo periferia será utilizado para designar o conjunto de países que está à margem dos países que compõe a Tríade (EUA, Europa e Japão). Utiliza-se esse termo porque descreve uma situação estática,

multinacionais atuando em mercados oligopolistas, controladas por profissionais, tendo há muito afastado o capitalista individual, que personificava o capital, de seu controle. A empresa multinacional, como que desprovida de personalidade é que dirige o processo de acumulação, agora em escala mundial, de forma profissional<sup>2</sup>.

O processo de acumulação em escala mundial é o resultado da própria natureza da acumulação de capital que não considera limites geográficos-políticos em sua expansão. O capitalismo nasceu e se fortaleceu tendo como uma de suas sementes os processos de unificação europeus e a constituição do Estado, estabelecendo-se e constituindo-se sempre a partir de relações hierárquicas de poder e dominação localizadas em centros hegemônicos<sup>3</sup>. Esses centros de dominação são hoje constituídos pelos países que compõe a Tríade sob a liderança norte-americana (Palloix, 1971:14). A partir desses pólos centrais, o capital expande-se entre os países da Tríade e entre estes e os países periféricos.

Nesse movimento, o capital reproduz suas características contraditórias de acumulação, constantemente, ocupando os espaços locais, regionais, nacionais e mundiais, reproduzindo a criação de desigualdades, seu caráter excludente<sup>4</sup>, em cada espaço que ocupa a partir do centro. Nesse sentido, a expansão do capital não se constitui somente da exploração de novos mercados, inclusão de novos lugares para garantir a reprodução do capital, mas também, da desintegração de diferentes lugares, da exclusão e, finalmente, ligado principalmente à centralização – apreendida não só como expropriação do capitalista pelo capital mas como um retorno ao centro – da exclusão de regiões inteiras do mapa de acumulação. Esses movimentos tornam-se mais fortes quanto mais autônomo e livre é o movimento do capital.

Em primeiro lugar, destaca-se assim, o próprio processo de acumulação ampliada do capital. Nele está contida a lógica da expansão presente na própria natureza do capital. De certa forma, esse movimento mais geral do capital não depende

---

enquanto que subdesenvolvimento passa a idéia de movimento no sentido do desenvolvimento.

<sup>2</sup> O capital oligopolista multinacional livra-se do capitalista individual ao profissionalizar sua estrutura de controle (ver Sweezy e Baran, 1978:39 e Mézsáros, 2002:103), fica livre do interesse contraditório do capitalista individual em seu “conflito fáustico entre o impulso de acumular e o de gozar a vida” (Capital I, 1980:690).

<sup>3</sup> Giovanni Arrighi, por exemplo, busca padrões históricos nas diversas configurações da hegemonia mundial (ver Arrighi, 1996 e Arrighi e Silver, 2001).

<sup>4</sup> O termo exclusão é aqui empregue sob uma ótica de participação na acumulação. Dado que a relação social no capitalismo transforma tudo em mercadoria, para um indivíduo pertencer à sociedade e estar nela incluído ele deve realizar seu papel enquanto mercadoria, papel esse que só realiza como força de trabalho ou como proprietário do trabalho alheio.

necessariamente da concentração e centralização, consequências naturais do próprio processo de acumulação. Ele é caracterizado pela obrigatoriedade que cada capital individual tem de manter o processo de valorização, o que torna-se mais dramático quanto mais concentrado e centralizado (oligopolista) for o capitalismo. É a necessidade de constantemente recolocar a mais-valia criada novamente no processo de valorização. Isso em si impele o capital para a busca de novos espaços.

Ao lado deste movimento – e a ele relacionado – está o processo de concentração de capital que constantemente amplia o volume de mais-valia em busca de valorização, ampliando e tornando mais crítica a necessidade de busca de espaço pelo capital. Como parte integrante e mais aparente dessa necessidade de ampliação da base de acumulação do capital, está a busca de novos espaços para realização da mais-valia que se amplia conforme eleva-se a concentração em grandes capitais individuais.

Coroando a forma e as contradições que o processo de acumulação acarreta, está o processo de centralização do capital, a expropriação do capitalista pelo próprio capital, processo que ao mesmo tempo impulsiona o capital à expansão e o retrai, que o leva para fora do centro e que o traz de volta ao centro; é um processo diferente dos anteriores que, como afirma Samir Amim (2002:89), eram “construtivos e integradores” pelos investimentos produtivos que os países da Tríade faziam na periferia, apesar de moldarem “um desenvolvimento assimétrico dependente e desigual” em escala mundial. O processo de centralização mundial é desintegrador. A acumulação ampliada e a concentração expandem o capital levando as contradições à todos os espaços e a centralização é uma resposta a instalação dessas contradições, revertendo esse movimento.

Vale destacar que esses processos acima descritos que serão detalhados à frente não estão dispostos em um ordem estanque. São dimensões de um mesmo processo. Estão em uma espécie de movimento espiral relacionado à expansão territorial do capital; se produzem e reproduzem em cada novo espaço ocupado pelo capital alcançando e ocupando todo o espaço-mundo; levam as contradições do processo para todos os espaços, criando expansão e exclusão nesse movimento, tanto em cada novo local que ocupa, como em escala mundial. São movimentos do capital autônomo, livre de qualquer controle.

O fato de alguns desses processos não terem sido diretamente comentados em seu aspecto internacional ou mundial em Marx, levantaria a questão de se essa abordagem seria pertinente. Mas, quando se toma a natureza desses processos na forma como

descrita por ele, torna-se difícil não relacioná-los à acumulação em escala mundial. Rosa de Luxemburg, Lênin, Bukhárin, Sweezy, Baran, Magdoff e, mais recentemente, Palloix, Hobsbawn, Chesnais, Michalet e tantos outros trabalham essas relações a partir de Marx, a partir de sua lógica da acumulação, nessas dimensões levantadas. Talvez, a única dimensão menos destacada seja o impacto do processo de centralização de capital em escala mundial no que se refere ao seu aspecto excludente. Isso, talvez, porque este é o que se mostra mais recente, com impacto mais dramático sobre a periferia, fortalecido pelas políticas de desregulamentação e liberalização, que permitem a autonomia do capital.

## **1.2- A questão do espaço de acumulação**

Essa forma de abordagem também coloca em discussão o espaço geográfico e político. Põe à mesa questões extremamente contraditórias dado que não existe capital sem fronteira e sem Estado. O capital continua, na história, relacionado à fronteiras políticas. Apesar disso, o capital luta pela superação do espaço e das fronteiras dos Estados e, para isso, utiliza-se, contraditoriamente, de fronteiras e Estados; destrói espaços para reconstruí-los hierarquicamente em torno de certos centros hegemônicos. Nesse sentido, ao mesmo tempo que o capital nega o espaço o reafirma. Essa contradição está na base de sua lógica desigual de expansão. Busca controlar e enfraquecer Estados e fronteiras que lhe impendem a expansão livre ao mesmo tempo que fortalece os Estados e fronteiras que lhe dão proteção e poder, definindo aí a relação de hegemonia e dominação. Na verdade, fortalece Estados centrais na escala hegemônica e busca controlar ou enfraquecer Estados periféricos, centralizando o poder de forma análoga à centralização de capital. Esse movimento faz parte da lógica da acumulação e está presente, hoje, na constituição dos pólos em torno dos países da Tríade e na constituição da periferia que participa do processo<sup>5</sup>.

Fronteiras e Estados influenciam o movimento de acumulação, concentração e centralização, as vezes positivamente e outras negativamente, mas pouco modificam a lógica da natureza da acumulação de capital a não ser quando pressões sociais conseguem impor tensões ao processo de acumulação<sup>6</sup>. Ao mesmo tempo que a

---

<sup>5</sup> Trata-se aqui da periferia incluída no processo que, segundo Michalet, constitui-se de uma quinzena de países, dentre os quais o Brasil. A Argentina aparece como uma incógnita (Michalet, 2002:147).

<sup>6</sup> Como ocorreu nos anos de ouro do Estado do Bem Estar no centro (ver Sawaya, 2001), ou mesmo quando os Estados periféricos impunham políticas protecionistas (ver Chesnais e Michalet).

constituição política, por um lado, potencializa o processo de acumulação pela proteção que lhe oferece, em outro momento aparece como empecilho à liberdade do capital. Ao mesmo tempo que o capital se resguarda atrás do Estado nacional, fortalecendo-se por essa apara, ele busca romper as barreiras geográficas e políticas em seu processo de acumulação ampliada. Ao mesmo tempo que dele se alimenta, a ele procura destruir.

Essa desterritorialização que caracteriza o movimento do capital tem a tendência a ocupar de uma forma desigual todos os espaços geográficos. A desigualdade não é um resultado novo no processo de acumulação dado que sempre esteve presente, mesmo quando o capital estava mais restrito ao espaço nacional. “Não podemos nos espantar se os libre-cambistas são incapazes de compreender como um país pode enriquecer à custa de outro pois esses mesmos senhores tampouco querem compreender como, no interior de um país, uma classe enriquece as expensas de outra” (Marx, 1985:196). O processo de acumulação mundial reproduz essa desigualdade, bem como reproduz e amplia a exclusão em escala mundial. “A globalização tende a polarização do espaço mundial. Uma grande parte das economias nacionais são excluídas do movimento e, em sua maioria, são países menos desenvolvidos” (Michalet, 2002:146). Como não poderia deixar de ser, essa polarização tem raízes no movimento mundial do capital. O capital expande-se levando sua forma de existência e suas contradições para todos os espaços, num processo de criação e destruição, de integração e desintegração, de inclusão e exclusão.

Se a ocupação dos espaços geográficos é desigual, a forma como o capital se livra das delimitações tanto geográficas como políticas definidas pelos Estados também difere. Não é o Estado em si que é posto em discussão, mas alguns Estados: os periféricos.

“Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo. Necessita estabelecer em toda a parte, explorar toda parte, criar vínculos em toda parte. Pela exploração do mercado mundial, ... imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países ... retir[a] a indústria de sua base nacional [destruindo] velhas indústrias ... diariamente. ... Em lugar das antigas necessidades satisfeitas pelos produtores nacionais nascem novas necessidades que reclamam para sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas ...” (Marx, 1977:24).

O capital, pela lógica exposta por Marx, nunca poderia estar restrito a uma área geográfica e, quando capital rompe com o espaço ele não está modificando sua natureza. Ele vem historicamente rompendo os espaços, por seus movimentos de acumulação (dentro do qual está a realização como um dos componentes), concentração

e centralização. Nesse movimento, o capital livre de qualquer controle, leva tanto à inclusão como à exclusão, hoje em escala mundial e não somente em cada local. Separa assim centro e periferia; quando ocupa o espaço-mundo torna a exclusão não apenas um fenômeno local, mas mundial, excluindo países inteiros em seu movimento de centralização.

## **2- Mundialização: acumulação e concentração**

O capital tem a tendência à ocupação dos espaços mundiais devido à sua própria natureza, seu próprio movimento em busca de valorização do valor, movimento esse materializado nos investimentos diretos das empresas multinacionais em busca de sua existência e permanência enquanto capital.

Talvez fosse pertinente perguntar por que destacar a acumulação, dado que essa é a síntese do processo que caracteriza o modo de produção capitalista e conduz, pelo menos historicamente, à concentração e centralização. A acumulação é o movimento que garante a existência do valor enquanto capital que “... só pode ser apreendido como movimento e não como algo estático. Aqueles que acham que atribuir ao valor existência independente é mera abstração esquecem que o movimento do capital industrial é essa abstração como realidade operante...” (Marx, Capital II p.107). De uma certa forma, por isso independe da concentração e centralização de capital, mas é fortalecido por elas.

Autores como Sweezy e Baran (1978), e mesmo Lênin (1987), relacionam fortemente o processo de mundialização<sup>7</sup> do capital ao capitalismo monopolista, claramente identificando a formação de monopólios em determinados locais à expansão do capital, ao movimento de ocupação de novos lugares no mundo. Certamente, o grau de concentração do capital impulsiona o movimento do capital à ocupação de novos espaços de forma muito mais dramática dado o aprofundamento das contradições que o capital encontra em seu espaço original de acumulação e à sua própria necessidade de expansão. O capital monopolista potencializa o processo que já está em sua natureza de acumulação. Mas, busca-se aqui destacar que o processo de acumulação de capital carrega em si uma característica peculiar que impõe ao capital a expansão independente

---

<sup>7</sup> Na verdade eles denominam o processo de internacionalização. Apesar do uso dos termos mundialização e internacionalização estarem fortemente ligados, sua especificidade é quase uma questão semântica para o que aqui se propõe. O uso de internacionalização está ligado a idéia do capital

de seu grau de concentração. Na medida em que sintetiza o movimento do capital em sua busca de valorização incessante, qualifica sua necessidade de expansão intrínseca em seu movimento de valorização. Em si, demonstra que no capitalismo não existe alternativa a não ser acumular em escala crescente sob o risco de perecer. Essa é a pressão constante sobre o capital individual para transformar a mais-valia criada em novo capital, reiniciando o processo de valorização do valor. Acumulação de capital é a constante aplicação da mais-valia enquanto capital (Marx, Capital I, p.674).

Vale destacar que essa não é exclusivamente uma nota de Marx. Keynes em seu “Teoria Geral”, longe de ser marxista, analisando a lógica do capitalismo, apontou para a necessidade premente do investimento, sempre em escala crescente, para permitir que o fluxo de acumulação se realize e o sistema não entre em crise (Keynes, 1982:95; ver também Chick, 1993:27). Para Keynes, a decisão de investimento das empresas é o elemento central para manutenção da dinâmica de acumulação, garantindo inclusive a realização do valor criado. Apesar de partir da ótica da realização, a demanda obrigatória para a continuidade do processo não é a dos consumidores, mas a dos capitalistas que deve ser sempre crescente para manutenção do fluxo e garantia do emprego dos recursos.

A diferença básica entre Marx e Keynes nesse aspecto é que para o segundo essa necessidade constante de um investimento crescente não implica obrigaoriamente na internacionalização. Pode se realizar dentro de uma nação desde que o fluxo circular crescente se realize, estando restrito ao tamanho da renda, à distribuição, ao emprego e ao tamanho da população. Mas, o capital não pode se restringir por esses motivos. Entraria de fato em crise, mesmo porque, por sua natureza, cria esses problemas (segundo Keynes, quando mal administrado<sup>8</sup>, sem um Estado para controlar o estrago que provoca). Assim, o problema central apontado por Marx é que ele não se realiza enquanto capital num espaço restrito ou, esse espaço limita a acumulação. O principal motivo está, em parte, nas contradições (desemprego, exclusão) criadas pelo seu próprio movimento e, de outra parte, na possibilidade de elevar o ritmo e a amplitude da acumulação livrando-se dessas amarras locais. O espaço restrito limita a acumulação resultando, por um lado, em mundialização e, por outro, em centralização no espaço

---

ultrapassar as fronteiras e, mundialização, conduz mais à idéia de ocupação do espaço mundo (ver Chesnais, 1996, Michalet, 1983 e 2002).

<sup>8</sup> Ver Robinson, 1964:92.

local, movimento este que compensa em parte o limite espacial e que reaparecerá em escala mundial quando o espaço-mundo útil à acumulação restringir-se.

O processo de acumulação de capital em escala mundial torna-se concreto pela ação dos capitais individuais. São eles que corporificam esse movimento. A empresa é obrigada a mover-se, a crescer não apenas em escala, mas em controle sobre mercados e sobre os espaços disponíveis à acumulação para garantir sua existência. O capital individual concreto, enquanto empresa, é obrigado a manter sua mais-valia em processo de valorização, condição para manter sua existência. “...o aumento contínuo de seu capital torna-se condição para conservá-lo” (Marx, Capital II p.80). O perecimento de uma empresa no capitalismo está ligado a sua inação em relação ao movimento do capital que é o movimento do todo, corporificado, enquanto capital social (não individual), em seus concorrentes ou competidores.

“O desenvolvimento da produção capitalista torna necessária a contínua elevação do capital empregue ... e a concorrência impõe a cada capitalista as leis imanescentes do modo de produção capitalista, como leis coercitivas externas. Compele-o a expandir continuamente seu capital, para conserva-lo, e só assim pode expandi-lo por meio da acumulação progressiva” (Marx, Capital I p.688). “Nunca devemos esquecer que a produção dessa mais-valia – e faz parte dessa produção reconverter fração da mais-valia em capital, ou seja acumular – é o objetivo imediato e o motivo dominante da produção capitalista” (Marx, Capital III, p.280).

Assim, se poderia dizer que para manter esse movimento em escala cada vez mais ampliada, conforme exige o próprio processo, pressupõe-se a busca de espaços para manter o capital como capital, valor em processo de valorização que garanta a constante transformação de dinheiro em capital; pressupõe espaços para a realização dos novos investimentos. Neste sentido, está implícito no próprio movimento de acumulação ampliada, a não pertinência de algum tipo de restrição, seja política ou geográfica, ao processo de acumulação. Essas restrições, nesse sentido, seriam fatores externos ao próprio movimento do capital que podem implicar em impedimentos à sua acumulação em escala ampliada. A única restrição a essa expansão será o próprio espaço-mundo útil à acumulação.

Michael E. Porter, longe de ser marxista, ao analisar como se dá o movimento das empresas que buscam vantagem competitiva, coloca essa necessidade do capital corporificada na ação da empresa da seguinte forma:



“Os líderes industriais globais nascentes começam sempre com alguma vantagem criada internamente, seja um modelo preferido de produto, um nível mais alto de qualidade de produtos, um novo conceito de comercialização ou uma vantagem de custos de fatores. Mas, *a continuação do sucesso exige geralmente que a firma não pare por aí*. A vantagem obtida no país sede torna-se, então, a alavanca para entrada nos mercados estrangeiros. Uma vez ali, o competidor global bem sucedido complementa a vantagem inicial interna com as economias de escala ...” (Porter, 1989:76 – grifo meu).

Assim fica claro que esse movimento de expansão do capital em seu processo de acumulação é o movimento que garante a continuidade do “sucesso” da empresa. Acaba por extrapolar as fronteiras em busca de novos locais para dar continuidade ao processo de valorização do valor ou, para manutenção da existência do capital individual enquanto tal. É um processo movido por ações microeconômicas concretas realizadas por agentes concretos, materializadas no movimento de investimento direto estrangeiro-IDE mundial. Esses agentes microeconômicos são as empresas multinacionais que são obrigadas a agir assim para não serem suprimidas pelo próprio movimento do capital, o que, concretamente, é perecer na concorrência ou ver suas taxas de lucro diminuídas.

A necessidade intrínseca do capital manter o processo de acumulação em escala ampliada explica tanto o investimento do centro para a periferia como entre os países do centro.

## **2.1- A concentração**

A concentração de capital que resulta do próprio processo de acumulação fortalece e complementa esse movimento. Caracteriza-se pela ampliação da base de acumulação de um capital individual, o aumento de sua capacidade para a extração do excedente. Normalmente esse processo é confundido com a centralização de capital porque este último resulta em maior concentração, na ampliação da base de acumulação de um capital individual<sup>9</sup>. Mas, um capital individual não precisa da centralização para concentrar-se. A concentração é resultado da própria acumulação de capital na qual “cada acumulação torna-se meio de uma nova acumulação. Ao ampliar-se a massa de riqueza que funciona como capital, a acumulação aumenta a concentração de riqueza nas mãos de capitalistas individuais e, em conseqüência, a base da produção em grande

---

<sup>9</sup> Nas crises, a centralização ocorre porque diminuiu a base de acumulação, fazendo com que os capitais mais fortes eliminem os mais fracos na disputa pelo espaço de acumulação que resta. Esse movimento está explicado no item 4.

escala e dos métodos de produção especificamente capitalistas” (Marx, Capital I, p.726).

Esse processo contribui para aumentar a necessidade de busca de novos espaços de acumulação, pressionando para uma mundialização ainda maior, dada a massa de mais-valia crescente que põe nas mãos de capitalistas individuais e os obriga a manter em processo de valorização, para não perecer. Pressiona-os para a busca de outros espaços para a acumulação, independente dos limites locais. O exterior torna-se um “escondouro para o excedente investível criado no setor de grandes empresas do sistema” (Sweezy e Baran, 1978:110), excedente esse que cresce quanto mais forte for o grau de concentração da produção capitalista nas mãos dos grandes capitais. É a potencialização da natureza da acumulação que já impulsionava o capital para além fronteiras.

Charles-Albert Michalet (1983 e 2002) e François Chesnais (1996), indo além da forma exposta por Sweezy e Baran que relacionavam o excedente muito mais ao seu componente financeiro (como também Lênin, 1987), são os autores que denominam esse movimento do capital em direção à ocupação de todos os espaços de processo de “mundialização do capital”. A mundialização transforma o capital em capital multinacional que, ao atuar como empresa multinacional, sofre pressão constante para ampliar sua base de acumulação “negando o espaço local (nacional ou regional) mediante o movimento de transferência do lugar de formação do valor” (Michalet, 1983:127). Faz parte de um movimento que segue a lógica da competitividade e da concorrência oligopolista por firmas multinacionais num processo de expansão sobre o mundo (Michalet, 2002:27-57). Historicamente, segundo Michalet, Hobsbawn (1995), ou mesmo Chesnais, esse movimento do capital toma forma e torna-se preponderante em escala mundial entre os anos 60 e os anos 80 sob a forma de investimento direto estrangeiro – IDE.

Todos os motivos que levam as empresas multinacionais a investir em outros lugares estão relacionados ao controle de mercados e concorrência: distância, protecionismo, sistemas financeiros, hábitos de consumo e risco de perda de competitividade (Michalet, 1983:147-9 e também Michalet, 2002). A empresa multinacional visa reduzir a incerteza e o risco de perecer enquanto capital individual materializado na perda de competitividade, na dificuldade de realização, envolvendo a perda de controle sobre os mercados onde atua e onde seu concorrente atua. A integração em escala mundial pela verticalização ou horizontalização é a forma de

manter o controle sobre mercados, e o caminho é a internacionalização através do investimento direto. Esse conjunto de motivos está ligado à pressão que o capital sofre para sempre acumular em escala ampliada; é isso que move o capitalista individual e que permite a sua existência enquanto capital. A pressão pela valorização constante do valor que é da natureza do capital se materializa, para o capitalista individual, como concorrência e competitividade (ver também Hymer, 1978, cap 3).

Conforme Palloix, esse processo que denomina de internacionalização produtiva, se caracteriza pela consolidação das empresas multinacionais como centro da acumulação mundial do capital a partir de investimentos produtivos ao redor do mundo (Palloix, 1971). E, como se procurará demonstrar, a centralização de capital em escala mundial é a decorrência dessa ocupação, como ocorreu no espaço local.

## **2.2- A questão do espaço político-geográfico**

Nesse movimento, a empresa multinacional que se criou e fortaleceu sob a proteção de um Estado específico, expande sua atuação ao ocupar e controlar processos produtivos em que já possuía domínio, em outros lugares do mundo. Existem várias formas para o exercício desse controle fora de seu espaço original, formas essas que se modificam segundo o setor da indústria, tecnologia, fatores utilizados etc.. Algumas delas se generalizam para a produção em outros lugares: a instalação de filiais, a parceria com empresas locais, aquisições, fusões, joint ventures, ou a terceirização<sup>10</sup>.

De qualquer forma, essa busca de superação do espaço local pelo capital (a palavra ‘busca’ nesse contexto é importante porque a história recente ainda não viu qualquer supressão de fronteiras) não é homogênea para cada Estado. Nos Estados centrais poderosos, o capital goza de certa ‘proteção’ histórica que lhe garante um fortalecimento e afasta a idéia de enfraquecimento desse Estado. A modificação que ocorre nesse Estado-centro tem por base sua relação com o capital multinacional, “passando de um sistema em que as redes de acumulação estavam inseridas nas redes de poder e subordinadas a ela para um sistema em que as redes de poder estão inseridas nas redes de acumulação e subordinadas a estas” (Arrighi, 1996:88), mas sem perderem sua relação simbiótica. Isso já não é exatamente o que ocorre em Estados menos poderosos

---

<sup>10</sup> A terceirização se caracteriza como a forma mais moderna em alguns setores, na qual a empresa multinacional transfere determinados ônus do processo de produção – administração de pessoal, imprevistos conjunturais, custos e riscos locais – à firmas terceiras (Chesnais, 1994:35) sem perder o controle sobre a produção e sem aparecer como produtora local.

ou periféricos. A tendência do capital em seu movimento de mundialização é buscar enfraquecer e controlar esses Estados mais fracos, com ajuda, as vezes militar, dos Estados mais fortes. Assim a idéia de supressão de Estados ou fronteiras traz em si um caráter desigual. O capital realiza essa empreitada não destruindo a estrutura institucional que lhe fornece amparo, mas debilitando aquelas que lhe bloqueiam o caminho da acumulação. “No capitalismo monopolista, a criação e realização da mais-valia passa obrigatoriamente por uma dominação política, além de econômica” (Palloix, Vol I, 1971:22).

Além disso, o processo de expansão do capital não é generalizado às regiões do mundo. A mundialização é um processo relacionado apenas a um conjunto de regiões onde há recursos ou mercados. Isso fortalece ainda mais seu aspecto excludente. Algumas regiões estão, de início, excluídas do processo (Chesnais, 1994:32). Michalet também aponta a tendência à polarização hierarquizada do mundo (Michalet, 2002:147). Organiza-se a partir de centros hegemônicos formados em torno dos países da Tríade, a partir dos quais o capital lança-se sobre o mundo. Essa polarização será radicalizada pelo processo de centralização de capital mundial em um movimento de retorno ao centro calcada na maior autonomia relativa do capital multinacional.

Como afirma Chesnais, em uma coisa os autores Rosa de Luxemburg, Trotsky, Hilferding, Bukhárin e Lênin concordam: “a unidade da economia mundial, sua integração cada vez mais estreita ... num sistema de relações moldado pelo capital dominado pelos países centrais” (Chesnais, 1994:48). Apesar desses autores estarem localizados no início do século passado, parecem, como demonstra Chesnais, ainda atuais para explicar essa realidade.

### **3- Internacionalização e realização**

A internacionalização comercial é, historicamente, a ponta de lança da ocupação dos espaços geográficos pelo capital. Vale lembrar que o capitalismo nasce do crescimento do comércio que gradativamente ocupa desde os espaços regionais até o espaço mundial, sempre envolvido em mecanismos de dominação e controle político sobre mercados. Isso significa que ele já nasce como um sistema-mundo. A internacionalização produtiva, a mundialização, vem como uma consequência desse movimento, o modifica, mas longe de suprimi-lo, o mantém. “A noção de economia mundial engloba simultaneamente os fenômenos relativos à circulação e à produção.

Esta transferência do campo da análise tradicional da circulação para o processo de produção deve ser acompanhada do primado deste sobre aquele” (Michalet, 1983:11).

Apesar de ter sido abordada sempre como o fenômeno central da internacionalização do capital, a realização é parte integrante do processo de acumulação de capital. Diz respeito a uma parte da rotação de capital, a comercialização da mercadoria, a realização do valor enquanto mercadoria. Por isso, apesar de sua importância no processo de acumulação, uma vez que sem a realização o processo pode se paralisar e entrar em crise, ela é apenas uma parte do processo. A valorização do capital não ocorre na troca de mercadorias, bens finais, mas na troca específica que se dá entre capitalista e trabalhador, a verdadeira fonte de valor. Não é na troca de mercadorias que se cria valor. A realização é responsável por crises econômicas que normalmente aparecem como crises conjunturais e não da estrutura do modo de produção capitalista<sup>11</sup>. Não que seja um aspecto menor na rotação de capital, mas ela trata apenas da transformação de mercadoria em dinheiro e não da valorização em si. A realização da mercadoria enquanto valor, “o salto mortal da mercadoria”, pode acelerar, desacelerar ou paralisar o processo de acumulação de capital (Marx, Capital II, p.107), interferindo diretamente na rotação do capital, mas não é seu centro.

De qualquer forma, a realização é um dos aspectos que já havia sido diretamente enfocado por Marx como um dos motivos para a necessária internacionalização do capital. “A tendência a criar um mercado mundial está dada imediatamente pela idéia de capital. Todo o limite a ele posto é como uma barreira a ser superada” (Marx, 1987:360). Assim, a busca de novos mercados ultrapassando o âmbito regional é uma característica intrínseca ao movimento do capital, em seu processo de acumulação ampliada.

A realização extrapolando o espaço local, regional e nacional está relacionada às contradições presentes do próprio processo de acumulação. De um lado, as diferenças nos períodos de rotação dos diversos capitais individuais resultam em ciclos conjunturais de realização muitas vezes desconexos, o que pode interromper temporariamente o ciclo, resultando em crises de realização. De outro lado, é o resultado da própria natureza excludente inerente ao processo de acumulação que exclui o trabalhador à medida que substitui trabalho por capital constante e, por outro lado,

---

<sup>11</sup> Alteram a estrutura do modo de produção apenas à medida em que essas crises tornam-se fatores catalisadores da centralização.

exclui os próprios capitalistas, à medida em que se centraliza. Esse processo de exclusão como consequência da acumulação ampliada resulta em crises de superprodução (Luxemburg, 1983) ou de subconsumo (Sweezy e Baran, 1978) que podem ser superadas pela exportação das mercadorias excedentes.

Rosa de Luxemburg é a principal teórica da lógica da internacionalização do capital pela exportação de mercadorias. Possui uma compreensão clara do funcionamento do capitalismo ao afirmar que “no sistema capitalista não é só a busca de mais-valia em si que impulsiona incessantemente a reprodução. O processo reprodutivo transforma-se numa exigência, numa condição de existência econômica iniludível para os capitalistas individuais” (Luxemburg, 1983:19). Mas vê como principal incongruência da acumulação o problema da realização que impede o sistema de manter a reprodução. A internacionalização para ela, portanto, não está em uma necessidade intrínseca do capital ligada à própria valorização, mas ligada a rompimentos na rotação do capital, ou por crises de realização, ou pela necessidade de ampliação do capital sem a possibilidade de realizar, dentro das fronteiras, o excedente produzido. Esses elementos é que impedem a continuidade da valorização a ponto de afirmar que não existe a possibilidade da acumulação de capital em uma sociedade isolada (Luxemburg, 1983:298). Além disso, para ela, impõem uma relação internacional tipo centro-periferia.

É importante destacar determinados aspectos decorrentes de sua análise. A contradição presente no processo de acumulação que resulta em exclusão de fato impede sua ampliação quando restrito ao mercado local. Isso porque o excedente a ser realizado, a cada ciclo de rotação do capital, é crescente pela própria natureza do processo de criação e recriação de valor. Isso impõe ao capital a busca de novos lugares para a realização.

Por outro lado, ao ocupar novos espaços, o capital encontra não só um potencial de realização para o excedente que deixou de ser realizado em seu local de origem, mas, principalmente, amplia a capacidade de expansão do capital dado que expande potencial de consumo, a possibilidade de realização. Esse é um fator complementar que independe das crises de realização no centro de origem. A superação das fronteiras no campo da realização amplia o potencial de acumulação do capital. Isso que vem ocorrendo ao longo da história está presente na lógica desenvolvida por Rosa de Luxemburg.

Assim, torna-se presente a idéia de que o capital de fato procura novos mercados para garantir seu crescimento e, quanto mais mercados controlar, maior será seu potencial de crescimento e maior será sua capacidade de ter sob seu domínio uma significativa massa de mais-valia. O capital historicamente amplia sua base para realização, seja, no passado, pela conquista de colônias a partir do poderio militar de seus Estados de origem, seja hoje pelo controle direto sobre esses mercados no espaço de acumulação mundial que lhe interessa. O investimento direto que é, de certa forma, uma conseqüência do crescimento das vendas de uma certa empresa em mercados distantes com o objetivo de obter maior controle sobre ele, é um dos mecanismos desse atual controle internacional sobre mercados que acabam por fortalecer a atividade do capital multinacional. O fornecimento de empréstimos ou pressões políticas para colocar determinados produtos em um mercado potencial são outras formas de controle. É, portanto, parte integrante do processo de acumulação de capital no que tange à ampliação da capacidade ou velocidade de rotação do capital, bem como é a ponta de lança das contradições do processo de acumulação para o espaço-mundo.

Vale destacar também que essa lógica do capital em buscar mercados fora de suas fronteiras, na falta de capacidade para a realização no local, assume hoje também um formato invertido na relação centro-periferia. Regiões, principalmente formadas por países periféricos industrializados que possuem enorme desigualdade interna de rendas e, assim, têm a realização interna prejudicada, apoiam suas estratégias de desenvolvimento nas exportações, na realização da mais-valia no exterior, como mecanismos de valorização do capital.

Por outro lado, a forma de submissão da periferia altera-se também dado que hoje o que define o fluxo de mercadorias no mundo é o preexistente fluxo de investimentos diretos estrangeiros (IED). É a decisão de localização produtiva das empresas em suas diversas modalidades que define o fluxo de mercadorias no mundo. “São o IED e as estratégias de localização escolhidas pelas empresas multinacionais que comandam parte importantíssima dos fluxos transfronteiras de mercadorias e serviços, contribuindo fortemente para modelar a estrutura do sistema de intercâmbio. ... Sua organização é resultado da interação combinada dos Estados e dos principais agentes da economia capitalista, que são hoje os grupos industriais e os grandes bancos, atuando em resposta à pressão de um conjunto de oportunidades (de lucro) e de obrigações econômicas, políticas e tecnológicas.” (Chesnais, 1996:212). Portanto a questão da realização da mais-valia no mercado mundial continua presente, mas a deslocalização

da produção, um movimento do próprio capital materializado nos IDE das empresas multinacionais é que passa a reger a realização mundial. Altera-se assim as características de submissão da periferia em relação à forma posta por Rosa de Luxemburg. A periferia continua com um papel subalterno, mas parte dela bastante industrializada. Outra parte da periferia, simplesmente é abandonada e, mesmo sua porção industrializada tem seu futuro ameaçado pelas novas relações que se impõem a partir do processo de centralização mundial acelerado pelas políticas de liberalização e desregulamentação, principalmente na periferia.

“Resumindo: no estado atual da sociedade, o que é o livre-câmbio? É a liberdade do capital. Quando vocês fizerem desaparecer os poucos entraves nacionais que ainda obstaculizam a marcha do capital, apenas lhe terão concedido pela liberdade de ação. ... Senhores: não se deixem enganar pela abstrata palavra *liberdade*. Liberdade de quem? Não é a liberdade de cada indivíduo em relação ao outro indivíduo. É a liberdade do capital...”. (Marx, “Discurso sobre o problema do livre câmbio”, 1985:195/6).

### **3.1- O Espaço político-geográfico**

Na lógica da internacionalização comercial, a forma de ação do capital, no sentido de controlar o espaço, principalmente o periférico, é muito mais clara, inclusive em seu aspecto desigual. Rosa de Luxemburg e Lênin explicam-na pelo conceito de imperialismo dado que o controle sobre mercados é exercido diretamente pelos Estados centrais através do poder militar. As novas formas de relação internacional envolvidas principalmente na própria acumulação ampliada, na concentração e centralização têm presente também o conceito de imperialismo uma vez que estão centradas na hegemonia e no controle não apenas comercial. Mas o conceito de imperialismo está muito mais evidente no caso da internacionalização comercial – ainda hoje presente – dado seu caráter militar. O processo de mundialização também carrega o mesmo conceito só que sob uma dominação mais subliminar baseada num aspecto aparente econômico, dado que tem à sua frente o capital multinacional.

Mas vale algumas marcas. De um lado, o capital, em sua busca de realização além fronteiras, tem seu movimento no sentido de procurar enfraquecê-las em seu aspecto político. Esse movimento exercido pela internacionalização comercial, está envolvido em relações de poder entre os Estados. No passado, essas relações de poder estavam calcadas na capacidade militar e conduziu à duas grandes guerras mundiais. Hoje, apesar de os fatos recentes demonstrarem que essa ‘cara militar’ não desaparece, ela se enfraquece dado que o capital, pelo investimento direto estrangeiro realizado por empresas multinacionais, ocupou diferentes regiões e modificou as relações de poder



econômico sobre elas, transformando-se em uma nova forma imperialismo. Por isso, o exercício desse poder sobre os espaços segue sendo desigual. O capital pressiona a todos os espaços mas consegue enfraquecer apenas os dos países periféricos (inclusive com armas se necessário) e não dos países centrais. Ao contrário, é o fortalecimento do Estado do centro que define seu poder e controle sobre a periferia, o enfraquecimento do Estado periférico.

De qualquer forma, a internacionalização comercial é caracterizada pelo Estado como centro de sua articulação, o elemento que vai à frente, enquanto que a mundialização de capital, caracterizada pelo investimento produtivo e pela instalação de plantas produtivas em diferentes lugares, é articulada pelo capital multinacional tendo como base as empresas multinacionais (Arrighi, 1996:88). Modifica-se assim o aspecto do domínio sobre o processo mas não a relação simbiótica entre Estado e capital.

#### **4- Centralização de capital**

Tanto o processo de acumulação em si, a concentração dele decorrente, como os problemas de realização fazem com que o capital busque superar o espaço local partindo para uma acumulação em escala mundial. Esses são processos que expandem o capitalismo, instalando-o aonde lhe convém, seguindo os preceitos da acumulação: lugares que garantam a acumulação e a realização, que tenham recursos e mercados que proporcionem um nível de taxa de lucro para manter o processo de acumulação ampliada. Como diz Samir Amin, estes são processos “integradores” e criadores de interdependências, embora atinjam de forma desigual lugares e regiões e, ao invés de diminuir as diferenças do desenvolvimento desigual, as potencializa.

“O capital imperialista prosseguia sua marcha avante, exportando novos capitais para conquistar novos espaços para submeter à sua expansão. Nesse sentido, o capital prosseguia a sua vocação ‘construtiva’, ele integrava mais do que excluía [lugares]” (Amin, 2002:87).

O problema é que agora, como afirma o próprio autor, “Tudo indica que a página dessa expansão ‘construtiva’ tenha sido virada” (Ibid:88). Como se buscará demonstrar, o processo de centralização de capital em escala mundial é que vira esta página. Apesar de ser um processo decorrente da própria natureza da acumulação e de suas contradições, a centralização é excludente por natureza. Já o era tanto em âmbito local e como nacional; agora o é em escala mundial. Ocorria no espaço local quando as contradições tornavam a continuidade do processo de acumulação insustentável; ocorre

agora em escala mundial quando essas mesmas contradições se mundializam e, ao mesmo tempo, o capital ganha mais autonomia com políticas de liberalização e desregulamentação que impõe principalmente à periferia.

“Não se trata mais da concentração simples dos meios de produção e do comando sobre o trabalho, a qual significa acumulação. O que temos agora é a concentração de capitais já formados, a supressão de sua autonomia individual, a expropriação do capitalista pelo capitalista, a transformação de muitos capitais pequenos em poucos capitalistas grandes. Esse processo se distingue do anterior [concentração] porque pressupõe apenas a alteração na repartição dos capitais que já existem e estão funcionando; seu campo de ação não está portanto limitado pelo acréscimo absoluto da riqueza social ou pelos limites absolutos da acumulação [capacidade de realização ou restrição do espaço de acumulação, por exemplo]. O capital se acumula aqui nas mãos de um só, porque escapou das mãos de muitos outros noutra parte. Esta é a centralização propriamente dita, que não se confunde com a acumulação e a concentração” (Marx, Capital I, p.727).

A centralização marca, portanto, a expropriação do capital em seu nível mais elevado: primeiro, o capital expropria o trabalho, depois, no processo de centralização, expropria o próprio capitalista (Marx, Capital III, p,283). Assim, nega o capital como propriedade de um indivíduo para reafirmá-lo como um ente autônomo, pela “supressão de sua autonomia individual”; marca, a separação entre indivíduo e processo de acumulação; afirma o capital como um ser social. É um processo que fortalece e conduz o capital a um elevado grau de autonomia<sup>12</sup> enquanto capital, que ocorria em âmbito local e agora ocorre em escala mundial. Esse não é um movimento específico da centralização, mas da própria acumulação, mas, a centralização, à medida em que transforma muitos capitais individuais em poucos, potencializa essa autonomia.

Por outro lado, a centralização de capitais o mesmo tempo que exacerba as contradições do processo de acumulação, em contrapartida, ao ser o mecanismo de reordenação da estrutura produtiva pela centralização de muitos capitais em um só, é um processo que permite ao capital se fortalecer e preservar de seu nível de rentabilidade diante das contradições por ele criadas. Ao pressupor simplesmente uma nova repartição dos capitais que já existem em funcionamento, garante aos capitais individuais que permanecem, ou uma maior fatia na mais-valia gerada, ou a manutenção do volume

---

<sup>12</sup> Mézáros, por exemplo coloca essa autonomia do capital como uma perda de controle do indivíduo sobre o processo afirmando que “Isso não se aplica apenas aos trabalhadores, em cujo caso a perda de controle é bastante óbvia, ... mas até aos capitalistas mais ricos, pois não importa quantas ações controladoras eles possuam na companhia, ... seu poder de controle no conjunto do sistema do capital é absolutamente insignificante” (Mészáros, 2002:97). Esse ponto já havia sido explorado por Sweezy e Baran (1978:39).

dessa mais-valia em mãos de uma menor quantidade de capitais individuais. Assim, o resultado do processo pode tanto elevar a taxa de lucro dos que permanecem como pode simplesmente mantê-la sob os “limites absolutos da acumulação” conforme afirmado por Marx. Ao mesmo tempo em que exclui e exacerba as contradições impondo limites à acumulação, garante sua continuidade e a rentabilidade ao capital individual que permanece.

Esse processo se materializa na ação das empresas multinacionais, na forma de reestruturação produtiva e administrativa (muito chamada de ‘reengenharia’) ou na forma de fusões, aquisições, joint-ventures e outro tipos de acordos, fatores que visam elevar ou manter a rentabilidade de cada capital individual<sup>13</sup>. Os objetivos são sempre eliminar a concorrência para elevar a taxa de lucro.

Além de necessário para elevar a rentabilidade de cada capital individual, a centralização ganha sempre maior impulso nas crises conjunturais, normalmente ligadas à problemas de realização e à queda nas taxas de lucros, resultados das próprias contradições do movimento do capital. Nesses momentos, sobrevivem os capitais mais fortes através da expropriação de outros capitais mais fracos, resultando em maior centralização. O capital destrói uma parte de si mesmo para se manter e se fortalecer como capital sobre uma base de acumulação e realização menor, resultado da crise.

Assim o processo de centralização, ao mesmo tempo que exacerba as contradições se alimenta delas. Potencializa as contradições porque exclui não só o trabalho como o próprio capitalista; diminui o número de capitalistas individuais engajados no processo de acumulação e com isso, reduz a própria base para realização do valor criado; ou seja, impõe limites à acumulação. Por outro lado fortalece os capitais que superam a crise sobre base de acumulação menor. Por essa lógica, o processo de centralização de capital age como um elemento de compensação para as crises de realização, mantendo o processo de acumulação como um todo, sob uma base de acumulação reduzida.

Crises de realização de fato têm demonstrado que não inviabilizam o processo de acumulação como pensava Rosa de Luxemburg, que inclusive achava que esse problema marcaria “o período final do capitalismo” (Luxemburg, 1983:364). O processo de centralização de capital é, ao contrário, fortalecido por esses movimentos de crise que provocam um rearranjo na estrutura produtiva e na divisão da mais-valia entre

os capitais, fortalecendo os capitais individuais que permanecem. O resultado é sempre a elevação do volume de excluídos, exacerbando as contradições, provocando novas crises e novas rodadas de centralização, mas afasta a idéia de fim do capitalismo por esse motivo, dado que fortalece os capitais que sobrevivem.

E isso não cria incongruências para o processo de acumulação em si, pelo menos enquanto a hipótese não é levada ao seu extremo. Ao contrário, o processo é capaz não só de manter-se como preservar ou elevar as taxas de lucro. Isso porque não existe contradição entre elevadas taxas de lucro e grande contingente de excluídos como bem demonstra Keynes. O capitalismo para ele pode estar em equilíbrio abaixo do pleno emprego, da ocupação plena dos “recursos”. Isto diminui o potencial de acumulação sob o aspecto macroeconômico mas não inviabiliza o sistema (Keynes, 1982:40) sob o ponto de vista do capital individual. De qualquer maneira, se o argumento de que a centralização como forma de o capital resolver os problemas das crises conjunturais for levado ao seu limite, num exercício de futurologia, apenas restaria um grande grupo responsável por toda a produção e somente aqueles que dela participam teria acesso à renda, emprego e bens, enquanto o resto estaria na completa exclusão e pobreza. Mas, esse não é um cenário possível, dado que a hipótese talvez mais correta é que, muito antes, já estaria instalado o caos descrito por Kurtz em “O colapso da Modernização”, dado o volume de excluídos.

O processo de centralização sofre ainda uma pressão adicional que vai além das próprias contradições do processo de acumulação. É acelerado pela pressão para obtenção de um nível rentabilidade imposto pela lógica do capital financeiro ao capital produtivo. Esse fato impõe às empresas processos de reestruturação e reengenharia que aceleram as ondas de centralização. Da mesma forma, impõe ou é diretamente o responsável por acordos, fusões, aquisições num plano de elevação da rentabilidade das empresas. Hoje, os bancos possuem áreas específicas para a realização desses tipos de negócios entre empresas, atuando como corretores, antes mesmo delas os procurar. Assim, afirma Michalet, na fase em que predominavam os investimentos diretos, o elemento que movia a multinacional estava mais relacionado ao crescimento competitivo da empresa. Hoje, a imposição de rentabilidade passa a conduzir a ação das

---

<sup>13</sup> Uma série de exemplos de inter-relacionamento entre empresas em busca de manter a rentabilidade é dado por Porter no capítulo 9 de seu “Competitive Advantage: Creating and Sustaining a superior performance”.

empresas: o princípio da competitividade é superado pelo princípio da rentabilidade (Michalet, 2002:109).

Também atuam no mesmo sentido de elevar a centralização as políticas de desregulamentação e liberalização. Dado que a centralização de capital é parte integrante do processo de acumulação de capital e se fortalece com o grau de autonomia que esse capital conquista, é um processo que se potencializa em muito diante dessas políticas que são exigidas pelo próprio capital em movimento. A liberalização, e a desregulamentação são mecanismos que acabam por deixar a lógica da acumulação exclusivamente nas mãos do capital. O capital livre, tende em seu movimento que já excluía em seu local de acumulação, a hoje excluir regiões inteiras.

Indo um pouco mais além, os processos de liberalização e desregulamentação que muitas vezes aparecem como mecanismos de atração e manutenção do capital multinacional na periferia industrializada (incluída<sup>14</sup>), ao mesmo tempo que os atrai, contraditoriamente também exacerba a exclusão à medida que permite aos capitais multinacionais eliminar capitais nacionais, que reorganiza a produção das empresas instaladas na periferia elevando o desemprego, que permite fusão e aquisição entre as próprias empresas multinacionais e, que as libera para comercializar livremente eliminando as barreiras que antes as obrigavam a manter filiais nos países que lhes interessa. Assim, impõe à periferia novas contradições que desestruturam seu mercado interno e contribuem, ao contrário do que se deseja com as medidas liberalizantes. O próprio capital acaba por destruir parte<sup>15</sup> do que lhe atrai.

Assim, está novamente posta a questão do local em uma nova realidade presente na forma de organização do processo de acumulação que centraliza capital através do movimento das empresas multinacionais em busca de rentabilidade e competitividade. Processos e contradições antes restritos ao espaço local, hoje, expõe-se em escala mundial a partir do centro. Hoje o processo de centralização que ocorre em escala mundial possui um impacto dramático sobre a periferia ainda incluída do sistema. São eliminados capitais individuais, estruturas industriais locais, para centraliza-los em alguns pólos de acumulação. Cria-se assim, por esse movimento, uma espécie de ‘retorno’ do capital às suas bases de acumulação. Vale repetir Marx: “o capital se

---

<sup>14</sup> Veja nota 5.

<sup>15</sup> Diz-se ‘parte’ porque teria que ser analisado também os fatores de produção locais como elementos atrativos ao capital, típico das chamadas economias de “enclave”.

acumula aqui nas mãos de um só porque escapou das mãos de muitos outros noutra parte”.

#### **4.1- A centralização do espaço: a exclusão da periferia.**

O capitalismo se expande extrapolando espaços regionais por conta de sua necessidade intrínseca de acumulação e das próprias contradições que gera dentro de cada novo espaço que ocupa. Reproduz nessa ocupação, em escala mundial, o caráter desigual, ocupando esses espaços regionais sempre a partir de um centro. Assim recria as mesmas contradições no mundo, em escala ampliada, resultando em movimentos internacionais de centralização para garantir a existência de alguns capitais em detrimento de outros sobre uma base de acumulação mundial mais reduzida. Nesse processo, a tendência do movimento livre do capital é de voltar-se ao centro e excluir a periferia depois de lançadas aí suas contradições que limitam a continuidade de seu crescimento. É a reprodução da exclusão que antes se dava no espaço origem local, depois nos novos locais ocupados pelo capital e, agora, ocorre em escala mundial. A centralização de capital resulta em uma espécie de retorno do capital ao centro.

Assim, o capital que já estava polarizado em torno dos países da Tríade, com os processos de centralização tendem a fortalecerem-se e reorganizarem-se no entorno desses centros. Os indicadores visíveis desse processo é o crescimento do investimento direto e do comércio polarizados em torno dos centros formados pelos países da Tríade (ver Relatório das UNCTAD, 2000).

Assim ganha sentido lógico a luta do capital pela liberalização e desregulamentação como elementos essenciais para que consiga manter seu processo de acumulação nessa nova fase de reestruturação produtiva que implica em centralização de capitais. Não é possível estruturar a lógica de produção polarizada em centros de controle e centros produtores se o capital em suas formas comercial, produtiva e financeira não for livre para locomover-se. É essa livre mobilidade que garante a possibilidade da centralização e sua eficácia enquanto mecanismo para manter o processo de acumulação e as taxas de lucro de cada capital individual, diante das contradições que seu próprio movimento cria.

“As operações das multinacionais são caracterizadas pela elevada mobilidade dos investimentos, pela capacidade de redirecionar constantemente suas atividades e, no que diz respeito aos países do terceiro mundo, pela total ausência de enraizamento em dado país ou compromisso com o mesmo. São características que explicam os enormes

retrocessos sofridos nos últimos vinte anos pelos países em desenvolvimento...” (Chesnais, 1994:223).

Chesnais, apesar de não relacionar esse processo diretamente à centralização de capital, o chama de “desconexão forçada”. Esse autor afirma que a tendência atual não é a distribuição espacial das filiais em vários países, mas a concentração em centros, “combinando modalidades técnicas e organizacionais do toyotismo” (Chesnais, 1994:132 a 135; ver também Michalet, 2002:118). Esse modelo leva à maior racionalização, elimina empregos e exclui regiões. O capital que havia se expandido a partir de um centro, no processo de centralização retornam ao centro. Vale lembrar que o capital não precisa incluir a todos para manter-se em funcionamento como apontava Keynes. Expande-se no sentido da periferia do sistema à medida que existem elementos a serem explorados nessas regiões e, instaladas as contradições que a fragilizam e empobrecem, centralizam suas operações apenas nos locais que ainda lhes garante a continuidade da acumulação.

Esse processo gera na periferia uma enorme competição entre os países (Dicken, 1992:44 e Michalet, 2002: ) que se desenvolveram tendo como estratégia a atração de empresas multinacionais nos últimos 50 anos. Esses países tornaram suas economias fortemente dependente da estratégia dessas empresas. Nesse cenário atual de reordenamento produtivo dessas empresas, esses Estados vêm-se as voltas com uma necessidade de construção do ‘cenário ideal’ numa concorrência encarniçada entre os Estados periféricos que ainda não foram excluídos para mantê-las em seus territórios (Michalet, 2002:110). Assim, abrem mão de sua hegemonia como Estado, do controle sobre seu espaço local, acreditando poder se manter como participante “dependente e associado” ao capital multinacional, idéia que “seduziu as elites locais que acreditavam que fazendo suas lições de casa poderiam jogar com os grandes” (Michalet, 2002:114), mas, ao contrário de lograrem sucesso, exacerbam as contradições internas que, ao inverso do que se pretendia, espantam o capital.

O capitalismo hoje se limita a uma zona definida pela Tríade à qual se aglomera um punhado de novos países industrializados periféricos (Michalet:2002:125). Isso por enquanto. Michalet inclui dentre eles o Brasil, mas aponta a Argentina com um ponto de interrogação, tendo talvez já passado para o grupo de excluídos (ibid., 147).

O capital autônomo e livre, andando sobre “seus próprios pés”, como empresa multinacional, implica na exacerbação dos processos de acumulação, concentração e centralização que impõem as contradições do processo de acumulação em escala

mundial. Se tomada assim, a centralização como uma tendência do movimento do capital conforme apontado por Marx, sem qualquer tentativa de controle sobre seu movimento, tende a elevar o número de países totalmente excluídos do processo de acumulação, reproduzindo, analogamente, a tendência a exclusão que existe concretamente e que é visível em cada local onde o capital se instalou, incluindo aí, a ‘periferia’ formada pelos excluídos dentro dos países do próprio centro.

### **Bibliografia Citada**

- Amin, S.** “O Capitalismo Senil”, Revista da Sociedade de Economia Política nº11, Rio de Janeiro-RJ, 2002.
- Arrighi, G.** “O Longo Século XX”, Edt. Contraponto/Unesp, São Paulo-SP, 1996.
- Arrighi, G. e Silver, J.B.** “Caos e governabilidade”, Edt. Contraponto/UFRJ, Rio de Janeiro-RJ, 2001.
- Bukhárin, N.I.** “A Economia Mundial e o Imperialismo”, Edt. Abril, 1984.
- Chesnais, F.** “A Mundialização do Capital”, Edt. Xamã, São Paulo-SP, 1996.
- Chick, V.** “Macroeconomia após Keynes: um reexame da Teoria Geral”, Edt. Forense Universitária, Rio de Janeiro-RJ, 1993.
- Dicken, P.** “Global Shift: the interantionalization of economic activity”, Edt. Paulo Chapman Publishing, London, 1992.
- Hobsbawm, E.** “A Era dos Extremos”, Edt. Companhia das Letras, São Paulo-SP, 1995.
- Hymer, S.** “Empresas Multinacionais: A internacionalização do Capital”, Edt. Graal, 1978.
- Keynes, J.M.** “A Teoria Geral do Emprego, do juro e da moeda”, Edt. Atlas, São Paulo-SP, 1982.
- Lênin, V.I.** “O Imperialismo: fase superior do capitalismo”, Edt. Global, São Paulo-SP, 1987.
- Luxemburg, R.** “A Acumulação de Capital”, Edt. Zahar, 3º edição, Rio de Janeiro-RJ, 1983.
- Magdoff, H.** “A Era do Imperialismo”, Edt. Hucitec, São Paulo-SP, 1978.
- Marx, K.** “A Miséria da Filosofia”, Edt. Global, São Paulo, 1985.
- Marx, K.** “Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economia Política (Grundrisse) 1857-1858”, 15º edição, Edt. Siglo Veintiuno editores, México, 1987.
- Marx, K.** “Manifesto do Partido Comunista”, em Karl Marx e Friedrich Engels Textos vol.3, Edt. Edições Sociais, São Paulo, 1977.
- Marx, K.** “O capital: para crítica da Economia Política”, Livros I, II, III, Edt. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro-RJ, 1980.
- Mészáros, I.** “Para Além do Capital”, Edt. Boitempo, São Paulo-SP, 2002.
- Michalet, C.** “O Capitalismo Mundial”, Edt. Paz e Terra, Rio de Janeiro-RJ, 1983.
- Michalet, C.** “Qu’est-ce que la Mondialisation?”, Edt. La Decouverte, Paris, 2002.
- Palloix, C.** “L’économie Mondiale Capitaliste”, Tome 1 e 2, Edt. François Maspero, 1971.



**Palloix, C.** “La autoexpansión del Capital a Escala Mundial” El Trimestre Económico, nº30, selección de René Villareal – Economía Internacional II – Teorias del Imperialismo, La Dependência e sua Evidência Histórica, Fondo de Cultura México, 1989.

**Porter, M.E.** “A Vantagem Competitiva das Nações”, 5º edição, Edt. Campus, Rio de Janeiro-RJ, 1989.

**Porter, M.E.** “Competitive Advantage: creating and sustaining superior performance”, Edt. Free Press, New York, 1998.

**Robinson, J.** “Filosofia Econômica”, Edt. Zahar, Rio de Janeiro-RJ, 1964.

**Sawaya, R.R.** “Social Democracia e a humanização do capita”, Anais, VI Encontro Nacional de Economia Política, SEP, EAESP, São Paulo-SP, 2001.

**Sweezy, P.M. e Baran, P.A.** “Capitalismo Monopolista”, Edt. Zahar, Rio de Janeiro-RJ, 1978.

**UNCTAD,** “World Development Report – 2000. Cross-border Mergers and Acquisitions and Development”, United Nations.